

territorium



14

UMA UNIÃO DE FACTOS CONTEMPORÂNEA:
JORNALISMO E SITUAÇÕES DE RISCO*

João Figueira
jjfigueira@apo.pt
Instituto de Estudos Jornalísticos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

RESUMO

A escrita jornalística é por natureza conflitual. Gosta do confronto e, nesse sentido, dramatiza os acontecimentos, criando um clima de tensão como objectivo de tocar o leitor e o prender ao texto. O risco, por seu lado, tornou-se num conceito central do debate público. Como é que as sociedades democráticas contemporâneas devem lidar com tais situações? Um dos caminhos é o exercício da verdade, da abertura e da confiança entre todos os actores envolvidos no processo.

Palavras chave: Escrita jornalística, conflitual, risco, dramatizar acontecimentos.

ABSTRACT

Journalism and risk situations: a contemporary fact union. The journalistic way of writing is by itself quarrelsome. It has a good relationship with dramatic events, creating a tense and intense atmosphere. The risk becomes itself a central concept in the public debate. How can the democratic societies face and manage those realities? Some of the keys are the truth, open mind and confidence among all the actors involved.

Key words: Journalistic way of writing, quarrelsome, risk, dramatizing events.

RÉSUMÉ

Une union de faits contemporaine: journalisme et situations de risques. L'écriture journalistique est par nature conflictuelle. Elle aime la confrontation. Elle dramatise en ce sens les événements et crée une atmosphère de tension qui a pour but de toucher le lecteur et de le river au texte. Le risque, de son côté, est devenu un concept central du débat public. Comment les sociétés démocratiques contemporaines doivent-elles réagir face à de telles situations? Une des méthodes est l'exercice de la vérité, de l'ouverture et de la confiance entre tous les acteurs impliqués dans ce processus.

Mots clé: Écriture journalistique, conflictuelle, confrontation.

*Salvo pequenos acertos de pontuação, o texto aqui publicado é idêntico ao que o autor apresentou, em Novembro de 2006, no III Encontro Nacional de Riscos, em Mafra.

Introdução

A imagem e o termo risco são uma expressão de fácil acesso e de grande circulação no território jornalístico.

E, todavia, não deixa de ser interessante notar que todos os títulos mostrados – apesar de construídos em torno da ideia do risco – jamais se referem às consequências de um qualquer acontecimento concreto.

A alma que os anima é a incerteza e a imprevisibilidade. Talvez a iminência de algo de grave que está para acontecer, isto é, de consequências gravosas, e daí, haver um risco, palavra esta que muitas vezes se escreve no lugar de perigo. Uma e outra, no entanto, desfrutam de um nítido acolhimento no seio do idioma jornalístico. Mas quando às palavras se juntam os acontecimentos, o cenário, do ponto de vista dos interesses noticiosos, está próximo da perfeição.

A escrita jornalística, porque é dela que se trata quando abordamos as questões da informação – uma vez que os acontecimentos, trágicos ou divertidos, apenas existem e nos chegam enquanto narrativas – possui um elevado grau de conflitualidade. O “jornalês”, como se diz na gíria, é por natureza conflitual. Isto é, dá-se bem e cultiva o gosto pelo confronto, se possível dramatizando o cenário e criando um clima de tensão com o objectivo de tocar o leitor e o prender ao texto.

Vários teóricos e investigadores das ciências da comunicação, como José Vilamar, coincidem na ideia de que o jornalista tem o seu próprio idioma, cuja característica principal é a agressividade, para com ela chegar mais facilmente ao leitor e assim atrair a sua atenção³.

Por vezes, no entanto, como sucedeu em 2005, em Nova Orleães, os próprios órgãos de comunicação social são apanhados pelas catástrofes, sofrendo na pele os efeitos devastadores daquilo que, por norma, é o seu campo de observação e trabalho.

Pois bem, no caso do Katrina, tanto o *Sun Herald* como o *The Times Picayune*, com os respectivos edifícios afectados pelo furacão (29/8/05) continuaram a trabalhar, razão pela qual foram, mais tarde, distinguidos como o prémio Pulitzer de Jornalismo de Serviço Público – que é o mais prestigiado e apetecível prémio de jornalismo dos Estados Unidos – pelo papel de resistência e tenacidade que desempenharam.

A mesma catástrofe proporcionou um Pulitzer de fotojornalismo de actualidade ao jornal *Dallas Morning News*, pelas 20 imagens de dor e desespero de pessoas que tinham perdido tudo. Os dois casos

tipificam papéis diferentes face ao risco e à catástrofe. Os jornais de Nova Orleães, mantendo-se em actividade, deram um exemplo de resistência à adversidade, ao mesmo tempo que usaram os respectivos sites na *Internet* para ajudar a população a encontrar familiares desaparecidos ou para saberem as novidades sobre a recuperação dos locais devastados.

O jornal de Dallas, alheio ao jornalismo de proximidade dos outros dois diários, pelo menos neste caso, publicou um conjunto de fotos que mostravam a imagem de destruição da cidade e a dor das pessoas afectadas.

Em ambos os casos, no entanto, por força da mediatização do acontecimento, a catástrofe real, acontecida, assumiu as proporções de uma tragédia mediática, em consequência da cobertura de que foi alvo, o que demonstra que, muitas vezes, certos acontecimentos, pela força da sua narração, também tocam os que a eles assistem à distância.

Assim foi com o furacão de Nova Orleães, com o tsunami na Tailândia, com os terremotos no Japão, Turquia ou América Latina ou com a ponte de Entre-os-Rios em Portugal.

Numa sociedade democrática, quem define as situações de risco?

Através da televisão, meio dominante no actual universo mediático, as imagens e a informação chegam a todo o lado com uma dimensão de espectacularidade que nenhum outro meio de massas consegue. E essa dimensão de espectáculo é, mais do que nunca, levada a patamares notáveis, fruto dos meios técnicos e tecnológicos disponíveis. Se a estes aspectos juntamos a ideia da transmissão em directo, facilmente observaremos que a TV influencia a nossa visão e interpretação dos acontecimentos, mas, também, ela própria influencia e determina a evolução dos acontecimentos subsequentes à crise ou catástrofe que cobre, porque funciona como personagem da “estória”, do acontecimento de que ela se tomou parte central. Com a vantagem de o acontecido poder acontecer, por intermédio da TV, vezes sem conta.

Quando a televisão mostra um acontecimento como a derrocada das torres gémeas, por exemplo, assistimos aquilo a que podemos designar como a coincidência entre a narrativa e a acção. Isto é, o tempo do acontecimento, o tempo da informação e o tempo de leitura ou do espectador coincidem?

³ VILMAR, José R., *Redacción periodística para la generación digital*, Editorial Universitas, Madrid, 2000, pp.85-86.

² VIVES, Lorenzo, *Manipulación de la información televisiva*, Edición Paidós, Barcelona, 1995, p. 150.

Mas quando, posteriormente, o tempo da emissão, embora ainda em directo, já não é o do acontecimento, mas o da sua repetição³ até ao infinito, o efeito do processo comunicativo, mais do que informar, visa emocionar, provocar emoções no receptor das mensagens.

De uma forma muito resumida e generalizante, o que às vezes acarreta alguns problemas, eis a lógica dominante na comunicação social dos nossos dias. Dito isto, pergunta-se: como é que os cidadãos e as instituições, em situações de risco, podem confiar em quem vive e deseja cenários de risco porque, como os números bem demonstram, são essas situações que, aproveitadas convenientemente, proporcionam lucros chorudos ao fim do mês?

Em primeiro lugar, a nosso ver, importa clarificar um ponto essencial: quem, numa sociedade democrática como aquela que habitamos, define que uma dada situação é de risco: especialistas, dirigentes políticos, empresários, sindicalistas, ou é um direito do cidadão comum? Mais: que meios têm os jornalistas para confirmar se as informações, avisos ou alertas dados por terceiros, mesmo que protagonizados por organizações ou pessoas credíveis, correspondem a situações de risco autênticas, verdadeiras, iminentes? E se tais dados forem contraditados aos jornalistas por outras fontes igualmente credíveis, deve o jornalista dar a informação e, com ela, correr o risco de alamar as pessoas, porque a informação ao anular-se a si própria apenas criou uma controvérsia nova, ou, pelo contrário, deve optar por não dizer ou escrever?

O risco, bem o sabemos, "tomou-se um conceito central no debate público e político", onde, como assinalam a este respeito Jenny Kitzinger e Jacquie Reilly num estudo publicado em 1997 no *European Journal of Communication* – e cuja versão em português está traduzida por "Ascensão e queda de notícias de risco" (Minerva Coimbra, 2000) –, recorrendo a autores como William Adams, Friedman, Anders Hansen e Peter Sandman, traçam o seguinte cenário de acção: "grupos de pressão procuram promover campanhas mediáticas por medidas de segurança; cientistas queixam-se dos exageros das notícias; empresas e governo recorrem a comunicadores de risco numa tentativa de manter ou captar a confiança pública; enquanto os jornalistas reconhecem a sua atracção pela controvérsia científica e pelas divergências sobre riscos"⁴.

É evidente que vivermos numa "sociedade de risco", para recorrer à expressão das autoras do *Glasgow Media Group*, obcecados com acidentes, desastres ecológicos ou erros tecnológicos, mas, ao mesmo tempo, trocámos a conquista do Santo Graal pela busca da eterna juventude e celebração do corpo, pelo prazer incessante, pela vida transformada em novela.

Ora, é no interior deste complexo emaranhado de sentimentos, comportamentos e opções, onde os interesses e estratégias dos diversos actores está longe de ser coincidente, que se situa o epicentro do problema. O qual, como se verá muito sucintamente, pode suscitar maiores dificuldades a jusante que a montante.

Isto, porque se numa dada situação de risco os actores envolvidos nas operações de controlo, salvamento e comunicação actuam normalmente sob uma direcção única, coerente e perseguindo objectivos comuns, o mesmo não se pode dizer das estratégias noticiosas dos meios de comunicação, os quais actuam de acordo com códigos próprios, autónomos e que, em última instância, remetem para o público e para as audiências a legitimidade quanto às escolhas e respectivas estratégias informativas.

Acresce a estes aspectos, já de si agravados por uma feroz concorrência, a entrada em cena das novas tecnologias, muitas vezes empregues por não jornalistas, mas cujo trabalho acaba por influenciar os meios de comunicação social tradicionais.

Paralelamente, começa a ganhar uma crescente importância o recurso aos chamados jornalistas-cidadãos, expressão a meu ver muito imprecisa, como impreciso e muito difuso é o trabalho que fazem e vendem. Seja como for, não esqueço que as primeiras imagens dos atentados no metro de Londres foram tiradas por teleróvel, assim como são de turistas em Phuket os fragmentos de filme que chegaram às principais cadeias de televisão.

Pintado o cenário, e não distante os interesses ou, melhor dizendo, as prioridades divergentes entre, por um lado, os jornalistas e as empresas para que trabalham, e, por outro, os responsáveis envolvidos na solução das situações de risco, penso que só há um caminho possível, independentemente dos desvios que cada um possa, depois, fazer no desempenho da respectiva função.

Esse caminho é o da abertura, confiança e verdade. Quanto menos informação os jornalistas tiverem, mais condições têm para especular. Sobretudo aqueles cujo trabalho é mais influente na opinião pública, porque entram em directo e contam, mostram e mantêm o acontecimento quente. O pior erro é passar uma informação que os jornalistas podem, por outros meios, confirmar que não é verdadeira.

Temos, portanto, à luz deste raciocínio, um primeiro papel, a meu ver absolutamente decisivo, que

³ THIES, Eduardo Cintra (2006, p. 52) define esta situação como o "directo anacrónico", porque "a sensação do directo mantém-se não só porque o pressuposto da emissão é o regresso em simultâneo a qualquer instante ao lugar do acontecimento, como porque continuam a coincidir o tempo de emissão e o tempo de leitura".

⁴ KITZINGER, Jenny, REILLY, Jacquie, (2000) - *Ascensão e queda de notícias de risco*, Minerva Coimbra, p. 11.

é o desempenhado pelas fontes qualificadas. Cumprida esta parte, a responsabilidade passa inteiramente para o lado dos jornalistas.

É aqui, lamentavelmente, que alguns problemas ou desvios aparecem, fruto da inexperiência, às vezes da ignorância, quase sempre resultado da concorrência entre empresas e directores de meios de comunicação social. Essa, como se sabe, é outra guerra, não raramente muito suja, e cuja primeira vítima, como se sabe, é a verdade.

Porque, no fundo, tudo tende a ser visto e tratado com inegável ligeireza dentro da lógica do entretenimento *around the clock*, esquecendo, como dizia o antigo jornalista da CBS, Dan Rather, que se "o espectáculo é importante para o funcionamento da nossa sociedade, o seu sistema de valores não é o mesmo da informação"⁵.

A catástrofe é um acontecimento de elevado potencial mediático

Há, ainda, outra característica que importa referir, porventura mais sensível e delicada do que as anteriormente apontadas, mas que a meu ver não pode ser escanteada. Refiro-me, concretamente, à ânsia e desejo de protagonismo de alguns jornalistas, muitas vezes visível em diversas ocasiões, ao ponto de quase sobrepor a sua presença, opinião e imagem ao acontecimento que estão a cobrir.

Ocorreu-me trazer este aspecto à colação, quando li no *Flyer* da organização do *III Encontro Nacional de Riscos* (Maфра, Portugal, 2006) a expressão "repórteres de catástrofe". Se a esta designação juntamos a de "repórter de guerra" com que alguns jornalistas portugueses gostam de se apresentar, não obstante passarem alguns anos sem ir à guerra, isso remete-nos para uma ideia algo nebulosa quanto ao modo como o exercício da profissão é interpretado.

As designações que apontam, neste contexto, para o conceito do especialista mais não são que uma forma inteligente do aumento do prestígio pessoal e, por arrastamento, quando é o caso, para a possibilidade de alargamento do seu mercado de trabalho. Como jornalista que fui ao longo de mais de 20 anos, quero dizer que percebo essa estratégia e o seu alcance, mas isso não me impede ter uma atitude crítica e de distanciamento face a essas mesmas designações e estratégias – ou deverei dizer *marketing*? – de afirmação. Caso contrário, porque não vemos outros profissionais da informação assumirem-se, orgulhosamente, como "repórteres de acidentes de viação" ou "repórteres de cheias e inundações"?

Não quero com isto negar a ideia da especialização. Aquilo que pretendo, dizer, reportando-me ao caso concreto de Portugal, que é a realidade que mais nos interessa porque é nela que habitamos e onde a cobertura das situações de crise mais nos toca, é sublinhar as diferenças de atitude que os diversos profissionais envolvidos num acontecimento desta natureza têm, necessária e compreensivelmente, de assumir.

Sabendo que onde houver uma situação de crise haverá, natural e desejavelmente, jornalistas por perto, dando corpo ao que poderemos designar como uma união de factos contemporânea, tal relação implica uma exigência profissional recíproca. E da parte a quem cabe fornecer as informações exige-se um conhecimento aprofundado da lógica e das regras do campo mediático.

A razão é simples. Uma catástrofe ou uma mais simples situação de crise representa acontecimentos de enorme potencialidade mediática. Acresce, ainda, que o facto da sua ocorrência não estar na agenda e corresponder a algo inesperado, que rompe com a actualidade prevista e planificada, pode levar a que um ou vários órgãos de comunicação social enviem para os locais da notícia profissionais pouco experientes, insuficientemente preparados e, em alguns casos, sedentos de uns minutos de glória.

Observemos, embora sumariamente, a realidade portuguesa neste domínio: desinvestimento nos recursos humanos, visível, de resto, na substituição dos jornalistas mais experientes por jovens, a maior parte dos quais aceitando vínculos precários ou situações de autêntica proletarização, ao mesmo tempo que o clima de competição e concorrência conduz e propicia práticas profissionais altamente disutíveis e reproáveis.

Dan Rather diz isto de uma forma mais crua: "o medo reina em todas as redacções. O medo de perder o emprego, o medo de ver a audiência baixar, o medo de ver as receitas publicitárias desaparecerem... O medo conduz-nos ao erro. Mas este medo é reforçado por um outro medo ainda mais forte. Nós, jornalistas, temos medo de ficar isolados. Temos medo de sermos os únicos a pretendemos ser virtuosos num mundo onde ninguém o é"⁶.

É dentro deste quadro, generalizadamente pintado a negro, que os técnicos envolvidos no planeamento e gestão de situações de crise têm de saber movimentar-se e dar respostas, sendo certo que "não há uma percepção inequívoca de quem está interessado em enfatizar o risco ou em o reduzir"⁷, como referem Jenny Kitzinger e Jackie Reilly no seu estudo sobre notícias de risco.

⁵ MESQUITA, Mário, (2003) - *O Quarto equívoco, o poder dos media na sociedade contemporânea*, Minerva Coimbra, p. 228.

⁶ MESQUITA, Mário, *idem*, p. 232

⁷ KITZINGER, Jenny; REILLY, Jackie, *op. cit.*, p. 42

O referido estudo, como se depreende deste pequeno trecho, introduz um outro olhar sobre a matéria, questionando-nos acerca do alcance e impacte do risco, consoante a sua apresentação tenha origem nos media ou nos especialistas. Por outras palavras, a apresentação e comunicação do risco está longe de ser algo absolutamente linear e pacífico. Já todos assistimos, de resto, a casos de clara desdramatização e tentativa de desmontagem de notícias sobre situações de risco, por parte dos mais diversos responsáveis de organismos oficiais.

A inversa, dir-se-á, também é verdadeira. Ou seja, que não faltam exemplos de nítido empolamento ou aproveitamento de casos sem que exista uma justificação plausível para a sua ampla noticiabilidade. A atenção desmesurada que há mais de um ano todos os órgãos de comunicação social portugueses deram sobre a gripe das aves, como se a pandemia estivesse a chegar às "linhas de Elvas", é um exemplo que certamente todos recordarão.

Quer isto dizer, portanto, que a abordagem desta matéria, além de sensível, é muitas vezes complexa, atendendo às múltiplas variáveis em presença. Seja como for, é através de encontros e debates pluridisciplinares que se podem dar passos seguros, no sentido de se encontrarem pontos entre os diversos actores. Porque independentemente da diversidade de funções e objectivos profissionais de cada um, é no aprofundamento do conhecimento do trabalho recíproco que pode começar a construir-se uma nova consciência profissional e cívica.

Não será fácil e, garantidamente, demorará o seu tempo. Porque essa nova consciência implica uma dimensão da responsabilidade, baseada numa confiança mútua. Porém, nesse dia todos os cidadãos confiarão mais nas notícias e também nas organizações. Mesmo quando estas lhes falarem, através dos media, de situações de crise ou de catástrofe. Porque, é bom ter presente, a sociedade da informação em que vivemos "assenta numa dependência das suas actividades face à nova tecnologia informacional e comunicacional, a qual por seu lado se baseia numa outra dimensão, igualmente fundadora das sociedades contemporâneas: a organização. A organização, que de resto pode ser também entendida e estudada como um fenómeno de informação e comunicação, marca hoje em dia todos e cada um de nós"⁸.

Bibliografia

ILHICO, Fernando (2003) - *Filosofia da Informação, uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

KITZINGER, Jenny, REILLY, Jacquie (2002) - *Ascensão e queda de notícias de risco*. Minerva Coimbra.

MESQUITA, Mário (2003) - *O quarto equívoco, o poder dos media na sociedade contemporânea*. Minerva Coimbra.

THIES, Eduardo Cintra (2006) - *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

VILAMOR, José R. (2000) - *Redacción periodística para la generación digital*. Editorial Universitas, Madrid.

⁸ ILHICO, Fernando, (2003) - *Filosofia da Informação, uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2003, p.93